

Pessoa e relação em João Duns Scotus

Juliano Ribeiro Almeida

Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia de Belo Horizonte (Brasil)

julianorial@gmail.com



Resumo

Duns Scotus, a partir da teologia sobre a Trindade, prefere o conceito de pessoa de Ricardo de S. Vítor — «existência incomunicável» — ao de Boécio — «substância individual de natureza racional» —, para que sob tal conceito pudessem estar igualmente as pessoas divinas, os anjos e as pessoas humanas. Na obra primitiva *Lectura*, Scotus, seguindo sua doutrina sobre o princípio de individuação como sendo a *differentia individualis*, defende que as pessoas divinas existem independentemente das relações intratrinitárias, já que *relatio* é uma das categorias, existindo, portanto, apenas ao inerir à substância, que lhe é anterior. Porém, na amadurecida obra *Ordinatio*, Scotus prefere aderir à tradição agostiniana e tomista, segundo a qual as pessoas divinas consistem nas relações entre o Pai, o Filho e o Espírito Santo; porém, mantendo o conceito ricardiano de pessoa como existência incomunicável, Scotus afirma a pessoa como *ultima solitudo*, autônoma, mas em relações transcendentais.

Palavras chave: incomunicabilidade; existência; Trindade; pessoalidade

Abstract. *Person and Relation in John Duns Scotus*

Duns Scotus, departing from the theology of Trinity, prefers Richard of Saint Victor's concept of person — “incommunicable existence” — to Boethius' — “individual substance of rational nature” —, because under such a concept could be considered divine persons, angels and human persons likewise. In his primitive work *Lectura*, Scotus, following his own doctrine on the principle of individuation as *differentia individualis*, asserts that the divine persons exist independently from the intratrinitarian relations, since *relatio* is one of the categories, and therefore only exists while inhering in the substance, which is prior to it. Yet in the mature work *Ordinatio*, Scotus prefers to adhere to the Augustinian and Thomist tradition, according to which the divine persons consist of relations between the Father, the Son and the Holy Spirit; however, keeping the Richardian concept of person as incommunicable existence, Scotus states that person is *ultima solitudo*, autonomous but in transcendental relations.

Keywords: incommunicability; existence; Trinity; personhood

Sumario

Introdução	4. A Primazia da Pessoa sobre a Essência
1. Da Essência ao Indivíduo	5. Independência <i>versus</i> Relações
2. Do Indivíduo à Pessoa	Conclusão
3. Pessoa: Relação ou Incomunicabilidade?	Referências bibliográficas

Introdução

O filósofo e teólogo franciscano João Duns Scotus (†1308), como veremos neste artigo, desenvolveu um conceito de pessoa que está na base da antropologia da Modernidade. De fato, é possível antever no voluntarismo escotiano a ideia moderna de que a pessoa humana é fundamentalmente liberdade. Pode-se reconhecer na revolucionária predicação unívoca do ser, de Scotus, a possibilidade de tirar conclusões sobre a pessoa humana a partir da teologia das pessoas divinas. É possível, enfim, ver as premissas de autonomia e inviolabilidade da pessoa, no direito moderno, já presentes no conceito escotiano de incomunicabilidade da existência pessoal.

1. Da Essência ao Indivíduo

João Duns Scotus é conhecido como um dos pais da modernidade, entre outros motivos, devido à ênfase que dá, em seus escritos, aos conceitos de indivíduo e de pessoa sobre os de natureza e essência. Como se dá com todos os outros pensadores escolásticos, Scotus aborda esses termos partindo de um intento eminentemente teológico; ou seja, ao comentar os livros das Sentenças, de Pedro Lombardo, recorrendo à filosofia de Aristóteles, seu objetivo primeiro é apresentar fundamentação teórica, coerente com as exigências de cientificidade, para os dogmas cristãos da Santíssima Trindade e da Encarnação do Verbo. É a partir deste prisma teológico que a filosofia de Scotus é elaborada.

A um dos problemas fundamentais na filosofia escolástica, a questão sobre qual seria o princípio de individuação das substâncias, Scotus apresenta uma proposta de solução bastante autêntica. A tradição aristotélico-tomista teorizava que a causa da individuação de uma essência é a matéria assinalada pela categoria da quantidade (cf. Tomás de Aquino, 2008: II, 4). Scotus, por sua vez, vê nesta tese uma contradição: ora, se uma coisa individual é uma verdadeira substância primária, e se substância é aquilo que subsiste em si mesmo, logo, uma categoria — a quantidade — não pode ser causa de uma substância, já que esta é anterior e independente em relação a todo e qualquer acidente. Portanto, Scotus deduz, o princípio de individuação de uma substância — isto é, o que faz com que uma substância secundária se torne uma substância primária — deve ser algo da ordem da própria substância, e não da dos acidentes. A partir daí Scotus desenvolve a teoria de que a individuação é causada por uma forma substancial: a *differentia individualis* — também conhecida como *haecceitas* —, que é uma verdadeira «natureza individual» ao lado da *natura*

communis, esta já bastante conhecida na tradição aristotélico-tomista como *quidditas*. Logo, uma coisa possui quiddidade — isto é, uma forma que define o «que é» como espécie — e, simultaneamente, heceidade — ou seja, uma propriedade que a faz ser «esta» coisa, diferente das outras da mesma espécie.

A palavra *indivíduo* significa *aquilo que é indivisível*. Conforme a chamada «árvore de Porfírio», há uma escala dos entes, que vai da essência até ao indivíduo, indo do mais geral até ao mais particular. As ciências biológicas estudam os seres vivos também a partir desta ideia: nós, por exemplo, somos do *reino* animal, do *filo* dos cordados, do *subfilo* dos vertebrados, da *classe* dos mamíferos, da *ordem* dos primatas, da *família* dos homínídeos, do *gênero* *homo* e da *espécie* *homo sapiens*. Do reino à espécie, todos esses agrupamentos são divisíveis, pois comportam níveis subalternos com semelhanças que vão tanto diminuindo quanto mais se desce nesta escala, até que, dentro do grupo *espécie* (ou da *subespécie*), chega-se ao *indivíduo*, que é a instância última do ser e, por isso, não é passível de ser dividido. Para Scotus, a diferença individual não é simplesmente o conjunto dos acidentes que inerem nesta substância, ou seja, não é meramente as suas características físicas ou psicológicas etc. Há em cada ser singular uma diferença individual, anterior aos acidentes, agindo à maneira de uma verdadeira causa formal, fazendo com que Sócrates seja Sócrates e não Platão, isto é, seja um indivíduo único e irrepetível.

2. Do Indivíduo à Pessoa

Além da individuação das substâncias, há também o processo pelo qual o indivíduo pode ser dito *pessoa*. O pensamento cristão foi desenvolvendo uma antropologia própria na medida que forjava conceitos que fossem capazes de versar sobre o mistério do Deus dos cristãos, que é dito uma única substância em três pessoas distintas, uma das quais tendo assumido a natureza humana por meio de uma *união hipostática*. Entre os padres latinos mais antigos, como Santo Atanásio, a palavra latina *substantia* era a tradução do termo grego *hypóstasis*¹, que tinha como sinónimo *ousía*, que significa ser. Usava-se, então, o termo grego *prósopon* (em latim *persona*, máscara usada pelos atores) para designar as três pessoas divinas. Porém, para combater a heresia sabelianista², os padres gregos, especialmente os «capadóciotes mudaram isso ao dissociar *hypóstasis* de *ousía* e associá-la a *prósopon*» (Zizioulas, 2006: 158). Então, união hipostática significa a união da natureza divina à humana na única Pessoa do Verbo.

À época de Duns Scotus, conheciam-se basicamente três definições de *pessoa*:

Agostinho de Hipona (†430), em seu tratado *De Trinitate*, compreende pessoa, no sentido aplicável à divindade, como *relação*. O Deus uno é a essên-

1. De fato, *hypo-stasis* traduz-se literalmente por *sub-stantia*, sendo *hypo/sub* («debaixo») o prefixo de *stasis/stantia* («o que está de pé»).
2. Sabélíio defendia que o Pai, o Filho e o Espírito Santo são apenas papéis encenados pelo Deus uno na economia da salvação.

cia divina. O Pai é a relação de paternidade para com o Filho, o Filho é a relação de filiação para com o Pai, e o Espírito Santo é a relação de processão do Pai e do Filho, de tal modo que «a doutrina da Trindade não propõe que Deus é três pessoas que têm relações, mas três relações subsistentes que são de fato pessoas» (Grenz, 2001: 50-51).

Severino Boécio (†524), em seu tratado sobre as duas naturezas de Cristo, define pessoa como «substância individual de natureza racional» (Boécio, 3). Assim, ele identifica pessoa com o indivíduo dotado de razão.

Ricardo de São Vítor (†1173), em seu *De Trinitate*, define que pessoa, na Trindade, é uma «existência incomunicável de natureza divina» (IV, 22, em: Angelici, 2011) e, portanto, pessoa em geral seria uma existência incomunicável de natureza intelectual.

Duns Scotus afirma preferir a definição de Ricardo, pois esta, diz ele, «expõe e corrige a definição de Boécio, que diz que a pessoa é substância individual de natureza racional; porque esta implicaria que a alma é pessoa, o que é falso» (*Ord.* I, d. 23, n. 15). Além disso, tal conceito abriria a possibilidade de se deduzir que a natureza humana de Cristo é uma pessoa, o que também não acontece. De fato, Ricardo de São Vítor, ao analisar a posição de Boécio, diz: «Para que esta definição seja universal e perfeita, é necessário que cada substância individual de natureza racional seja uma pessoa e, inversamente, que cada pessoa seja uma substância individual de natureza racional» (*De Trinitate* IV, 21). Ora, a Trindade é uma só substância, mas não uma só pessoa; e cada pessoa trinitária é substância racional, mas não individual. Portanto, conclui Ricardo, esta definição boeciana de pessoa não atende à demanda, pois não é universalmente aplicável.

Ricardo prefere falar de *existência* a usar a expressão *substância individual*, pois a primeira é mais abrangente, incluindo tanto as pessoas divinas quanto as criadas. Parece que a preferência de Scotus pela definição ricardiana de pessoa como existência incomunicável depende diretamente do princípio escotiano de individuação, baseado na *differentia individualis*, que faz com que o particular seja autônomo e independente de tudo mais.

3. Pessoa: Relação ou Incomunicabilidade?

Na obra *Lectura*³, que é do tempo em que Scotus lecionava na universidade de Oxford, ele «chega a afirmar que o Pai é Pessoa independente e infinitamente suficiente e beata em si mesma, independentemente da geração do

3. «Quia Pater aeternus formaliter beatus est actu intrinseco, sibi proprio, non productione Filii est formaliter beatus, quia sicut Pater non sapit sapientia genita, ita non est beatus beatitudine genita; sed quidquid est intrinsecum Patri, prius origine est in Patre quam producatur Filius sub ratione omni perfecta, aliter non esset beatus in illo priore originis quo est productivus Filii; in illo igitur priore originis est formaliter beatus. Sed in illo priore est una persona tantum et intelligitur un 'non-communicata essentia'; igitur essentia, ut non-communicata intelligitur, formaliter beatificat Patrem; igitur potest frui essentia in illo priore non fruendo persona, et sic etiam esse beatus» (*Lec.* I, d. 1, p. 1, q. 2, n. 48, Vat. XVI: 76).

Filho» (Iammarrone, 2003: 522). Portanto, nesta primitiva apreciação sobre a Trindade, Scotus parecia relutante em afirmar que as pessoas divinas são constituídas pelas relações, por serem absolutas em si mesmas e não dependentes mutuamente. Além disso, *relatio* é uma das 9 categorias, segundo Aristóteles. Ora, não podem existir acidentes em Deus, que é pura forma substancial. Russel Friedman explica:

Primeiramente, ele afirma que uma coisa refere-se a uma outra através de relação, e portanto sem duas coisas preexistentes não há relação. Isso significa dizer que o que se refere por meio de relação é, pelo menos logicamente, anterior à própria relação; portanto relação não pode constituir as coisas relacionadas. Um segundo argumento que Scotus usa é que, dado que sabemos ser o Filho gerado, então deve haver um suppositum que gera o Filho, e este suppositum tem que ter existência ‘anterior’ (lógica, não cronologicamente falando) à relação entre o Pai e o Filho. [...] Produção vem ‘primeiro’, relação ‘segue-se’ (Friedman, 2011: 202).

Porém, na amadurecida *Ordinatio*, Scotus volta atrás nesta teoria, por perceber que ela romperia com a tradição, que vinha desde Agostinho e havia sido solidamente estabelecida por Tomás de Aquino. «Refletindo mais profundamente sobre o mistério, Scotus parece ter mudado de opinião quanto à prioridade da essência sobre a Pessoa e quanto à absoluta independência do Pai em relação ao Filho» (Iammarrone, 2003: 522), pois a pessoa originante seria metafisicamente ininteligível sem a relação com a pessoa originada. Assim, no primeiro livro da *Ordinatio*, Scotus afirma: «Concedo que a primeira e a segunda pessoas não podem ser uma sem a outra sob [pena de] contradição» (*Ord.*, I, d. 28, q. 3, n. 95). A opinião final de Scotus é que «esta questão não pode ser decidida meramente à base de argumento e que é necessário apelar para a autoridade» (Cross, 1999: 66).

A conclusão de Scotus é que não há prioridade nem da essência nem das relações. «A essência divina existe à medida em que é individuada pelas relações que constituem as Pessoas. Por isso, a essência divina e as relações são simultâneas: Deus é simultaneamente uno e trino; a unidade e a trindade se implicam por necessidade metafísica» (Iammarrone, 2003: 523). Dessa forma, a argumentação escotiana mantém-se fiel tanto à tradição — que defende a relação na constituição da pessoa — quanto à sua própria doutrina da *haecceitas*, pois nela as propriedades particulares não estão em contradição com a essência comum, mas são simultâneas a ela.

No entanto, Scotus, mantém seu conceito geral de pessoa como existência incomunicável, até porque esta correção sobre as relações na Trindade apenas ressalta a ideia de que a pessoalidade é aquilo que não é comunicável de uma pessoa à outra, enquanto a natureza, por sua vez, é divisível por ser transmitida, tanto em Deus — pois o Pai é a fonte da divindade do Filho e do Espírito Santo — quanto nas criaturas — pois, pela reprodução, os seres vivos transmitem a natureza aos seus descendentes. A ideia escotiana de pessoa como existência incomunicável, mesmo aceitando a noção de relação como causa

das pessoas divinas, sustenta uma visão eminentemente positiva sobre a pessoa. Scotus destaca que, apesar de o termo incomunicável significar uma negatividade, o que ele afirma é algo, na verdade, de absolutamente positivo na pessoalidade. Ao concluir que essência e relação são simultâneas, Scotus parece estar preferindo a ênfase que a patrística grega deu às pessoas na Trindade, ao invés de sustentar a posição latina, que sempre parte da ideia de unidade de essência para se chegar à trindade de pessoas em Deus.

4. A Primazia da Pessoa sobre a Essência

Ioannes Zizioulas explica que Santo Agostinho e os padres latinos tendem a identificar a expressão «Deus uno» com a substância divina. A teologia trinitária dos padres capadócijs, por outro lado, afirma que o *arché* divino não é a substância divina, mas sim a pessoa do Pai. «O ‘Deus uno’ é o Pai e não a substância una. [...] Isso põe a pessoa do Pai no lugar do ‘Deus uno’» (Zizioulas, 2006: 162). Enquanto o símbolo do Concílio de Niceia dizia que o Filho vem «da substância do Pai», o Concílio de Constantinopla — que teve maior influência dos padres capadócijs — alterou esta fórmula para a que afirma simplesmente que o Filho vem «do Pai». Portanto, «é a pessoa do Pai e não a substância divina que é a fonte e a causa da Trindade» (*Ibid.*). Nesse sentido, a pessoa tem a primazia em relação à essência.

Desde Ricardo de São Vítor, o fato de ser incomunicável não faz da pessoa divina um *suppositum* isolado das demais. Mas as relações, na Trindade, são da ordem do *ser* divino — «Deus é amor» (1Jo 4, 16) — e não propriamente do *existir*. Cada pessoa, ao existir, é absolutamente autônoma e independente. É *sendo* amor que Deus é relações subsistentes. As relações de amor é que fundamentam a paternidade, a filiação e a processão. De fato, uma distinção fundamental na filosofia escolástica é aquela estabelecida entre essência e existência. Para Duns Scotus, a noção de *indivíduo* pertence ao âmbito ontológico (i.e., da essência), enquanto o conceito de *pessoa* está no nível ôntico ou da existência. «O princípio de individuação se refere à ordem da essência, e o princípio constitutivo da pessoa se refere à ordem da subsistência» (Bianco, 2012: 119-120). O primeiro responde à pergunta «o que é isto?»; o segundo responde à questão «quem é ele(a)?» A essência é comunicável, como dito acima; já a existência é, por seu próprio significado, incomunicável.

A pessoa «não se identifica com a *haecceitas* ou com ser este ou aquele, mas a ultrapassa. [...] A pessoa é coisa distinta do ser individual do indivíduo espiritual» (Manzano, 2007: 15). O indivíduo é condição necessária para o ser pessoa, mas não suficiente. «Ser pessoa, no existente individual espiritual, fala de um plus e um caráter que não é da natureza do quiditativo» (*Id.*: 17). A prova que Scotus apresenta é que o Verbo, na Encarnação, assume a natureza humana ao assumir o indivíduo humano; e, contudo, não assume uma pessoalidade humana, mas continua sendo a única Pessoa do Filho eterno. O Pai, o Filho e o Espírito Santo são pessoas sem, contudo, serem substâncias individuais.

Para Scotus, a pessoa divina é essencialmente relação, enquanto as pessoas criadas têm apenas uma não-repugnância a depender de outrem; ou seja, uma abertura transcendental a relacionar-se. Iammarrone explica:

As Pessoas divinas, de fato, não podem não existir ao mesmo tempo uma imanente na outra, pois as relações constituem as Pessoas, de forma que a sua separação natural é contraditória; enquanto as pessoas criadas podem e, de fato, são separadas. A grandeza da pessoa criada se realiza quando essa, com seu empenho de liberdade, põe em ato a sua vida de relação com os outros vivendo segundo a lei moral (Iammarrone, 2003: 246).

A pessoa é, então, a maior perfeição do ser, porque sendo pessoa é que o ser se realiza maximamente.

5. Independência *versus* Relações

De acordo com Iammarrone, no pensamento escotiano, «a pessoa enquanto tal percebe-se como independente, no existir, de outras pessoas e de todo o mundo que a circunda e mesmo de Deus» (Iammarrone, 2003: 242). Mas note-se bem: independente no *existir*, e não no *ser*! A pessoa existe de modo autônomo, mas isso não significa que ela prescindia de relações. Porquanto o próprio conceito de pessoa significa incomunicabilidade existencial. Quanto à possibilidade de que o termo pessoa, com tais características, venha a exprimir certo fechamento aos outros na ordem do ser, Scotus a nega, alegando que «quanto mais se é rico, tanto mais se pode doar aos outros» (*Id.*: 245). Se ser incomunicável é, na verdade, uma característica positiva e uma perfeição da pessoa, logo, seria paradoxal considerar o risco de individualismo ou isolamento aqui. Até porque essa independência, autonomia e incomunicabilidade da pessoa são no nível da existência e não no da essência.

Scotus afirma que existir como pessoa requer uma «solidão última», isto é, uma independência em relação a qualquer outra coisa para existir. Em suas próprias palavras: «a pessoalidade exige a *ultima solitudo*, ser livre de qualquer dependência real ou derivada do ser com relação a uma outra pessoa» (*Ord.* III, d. 1, q. 1, n. 17). E, um pouco adiante: «Para a pessoalidade se requer a *ultima solitudo* ou a negação da dependência atual e aptitudinal» (*Ord.* III, d. 2, q. 1, n. 17). Para Scotus, existem três tipos de dependência: a dependência *atual* (i.e., em ato, realmente existente, como um ente que dependa de outro para existir), a dependência *aptitudinal* ou tendencial (que é a inclinação natural a depender de outro elemento, como é o caso da alma separada do corpo) e dependência *potencial* ou transcendental (apenas a não-repugnância a depender, ou seja, o que os escolásticos chamam de «potência obediencial», que é o transcendental pelo qual as criaturas dependem do Criador). A incomunicabilidade perfeita, que apenas as pessoas divinas possuem, é a ausência absoluta desses três modos de dependência. Já a incomunicabilidade da pessoa humana conta apenas com os dois primeiros modos de independência: a *atual* e a *aptitudinal*. Já que não existe contradição na dependência do ser humano em relação a Deus, a pessoa

humana não possui a independência potencial (Cf. Costa Freitas, 2008: 9-11). Ser pessoa humana é «poder depender» de Deus no nível de uma *relatio transcendentalis*, mas não depender dele em ato ou ter inclinação natural a depender de Deus, o que faria de Deus uma «parte» natural da pessoalidade humana. Em suma, a pessoa humana é solidão última por ser absolutamente incomunicável e independente de qualquer ente para existir, com exceção apenas de uma não-repugnância a depender de Deus como criador.

A pessoa existe fundamentalmente recolhida em si mesma e as relações são constantes e inevitáveis, mas sempre na ordem do contingente. O fato de a pessoa *existir* solitária não significa que ela deva ser só ou fechada em si mesma, mas que as relações serão sempre excursões e haverá sempre uma volta à solidão última, já que a pessoa é uma existência incomunicável. «Pessoas são, em todos os sentidos, impartilháveis: elas não podem ser características de alguma outra coisa. Individualidade não captura este aspecto mais distintivo da pessoalidade» (Cross, 2009: 291). Uma pessoa pode comunicar aos outros as suas ideias e convicções, os seus valores e visões de mundo, pode ainda comunicar amor ou ódio. Mas não pode comunicar a sua pessoalidade, que é a sua existência única, irrepetível e absolutamente própria.

Conclusão

Para Scotus, se a individuação identifica o que uma coisa é, a personalização identifica quem é um indivíduo. A quiddidade de uma coisa é cognoscível, definível e comunicável. Já a pessoalidade é independente, autônoma e incomunicável. O conceito *relatio*, nas discussões teológicas da Escolástica, está decisivamente ligado ao de dependência. Em Scotus, porém, apenas uma abertura transcendental a uma possível dependência já atende às exigências fundamentais para que verdadeira *relatio* se verifique. No dizer de Carmela Bianco, «a *ultima solitudo* é o *quid* diferenciador e o salto de qualidade da pessoa. E juntamente com o indivíduo, que é a base metafísica da pessoa, concretiza-se exatamente no ser e no tornar-se pessoa» (Bianco, 2012: 132).

De acordo com Scotus, a pessoa humana não depende *em ato* nem mesmo de Deus para existir. E isto se dá justamente em virtude da dignidade de ter sido criada «à imagem e semelhança» de Deus (cf. Gn 1, 26), que é incomunicável *simpliciter*. Ou seja, excetuando esta potência obediencial de estar referido ao Criador como imagem e semelhança deste, a pessoa humana é autônoma ao existir *in se* e *per se*. Assim, esta tese personalista escotiana mostra-se muito útil para as reflexões contemporâneas sobre direitos humanos e dignidade humana, sobre a defesa da integridade das relações interpessoais, sobre os princípios da independência do sujeito de direitos e deveres etc.

Referências bibliográficas

ANGELICI, Ruben (2011). *Richard of Saint Victor, On the Trinity: English Translation and Commentary*. Pasadena: Wipf and Stock Publishers.

- BIANCO, Carmela (2012). *Ultima solitudo: la nascita del concetto moderno di persona in Duns Scoto*. Milano: Franco Angeli.
- COSTA FREITAS, Manuel Barbosa (2008). *Natureza e fundamento ontológico da pessoa em Duns Escoto*. Covilhã: LusoSofia Press.
- CROSS, Richard (1999). *Duns Scotus*. New York; Oxford: Oxford University Press.
- (2009). «Duns Scotus». En: Markham, Ian S. (ed.). *The Blackwell companion to the theologians*, v. 2. Chichester, UK; Malden, MA: Wiley-Blackwell.
- DUNS SCOTUS, Ioannis (1950-). *Opera omnia: studio et cura Commissionis Scotisticae ad fidem codicum edita*, 22v. Civitas Vaticana: Typis Polyglottis Vaticanis.
- ELÍAS, Gloria Silvana (2015). «La haecceitas como base de la solitudo en Duns Escoto». *Daimon*, 64, 91-100.
<<http://dx.doi.org/10.6018/daimon/172031>>
- FRIEDMAN, Russell L. (2011). «Medieval trinitarian theology from the late thirteenth to fifteenth centuries». En: Emery, Gilles e Levering, Matthew (ed.). *The Oxford handbook of the Trinity*. Oxford; New York: Oxford University Press.
- GRENZ, Stanley J. (2001). *The social God and the relational self: a Trinitarian theology of the imago Dei*. Louisville; London: Westminster John Knox Press.
- IAMMARRONE, Luigi (2003). *Giovanni Duns Scoto metafisico e teologo: le tematiche fondamentali della sua filosofia e teologia*. Roma: Miscellanea Francescana.
- MANZANO, Isidoro (2007). «Decir la 'persona' según Escoto (un intento de interpretación)». *Revista Española de Filosofía Medieval*, 14, 11-31.
- TOMÁS DE AQUINO, Santo (2008). *O ente e a essência*. Covilhã: LusoSofia.
- WOLTER, Allan B. (2015). *The philosophical theology of John Duns Scotus*. St. Bonaventure: Franciscan Institute Publications.
- ZIZIOULAS, John D. (2006). *Communion and otherness: further studies in personhood and the church*. London; New York: T&T Clark.

Juliano Ribeiro Almeida é presbítero católico diocesano, mestre em teologia pelo Boston College (2015), e doutorando em teologia pela FAJE (Brasil).

Juliano Ribeiro Almeida is a Catholic diocesan priest, he has a Master in Theology by Boston College (2015) and he is a doctorate student in Theology at FAJE (Brazil).
